



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE PEDAGOGIA**

LIONETE DA SILVA SOUSA

**TRAJETÓRIAS DE MÃES ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS (EJA)**

**TOCANTINÓPOLIS
2024**

LIONETE DA SILVA SOUSA

**TRAJETÓRIAS DE MÃES ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Monografia (TCC) apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Orientação: Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes.

**TOCANTINÓPOLIS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S725t Sousa, Lionete da Silva .

Trajetórias de Mães estudantes na Educação de Jovens e Adultos / Lionete da Silva Sousa. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2024.

54 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Pedagogia) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientadora: Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes.

1. Maternidades. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 3.
Relações de Gênero.

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

LIONETE DA SILVA SOUSA

TRAJETÓRIAS DE MÃES ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Monografia (TCC) apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga, sob orientação da professora Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes.

Aprovada no dia 30 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes.
Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Avaliadora Profa. Dra. Silene Ferreira Claro.
Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Avaliadora Profa. Ma. Eveliny Almeida Feitosa Jácome.
Escola Estadual Padre Giuliano Moretti.

Tocantinópolis - TO

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em primeiro lugar, aos meus filhos (Kaio Felipe, João Vitor e Lara Marcela), pois são eles que me impulsionam a seguir em frente e ser melhor a cada dia. A minha mãe (Deusiram) e minha avó (Judite) pela rede de apoio e suporte dada aos meus filhos durante essa longa jornada. E por fim, quero dedicar também esse trabalho ao meu esposo que foi fundamental na divisão dos trabalhos domésticos e no cuidado dos nossos filhos, pois sem o companheirismo não seria possível dar continuidade aos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e forças para finalizar este ciclo extremamente importante da minha vida, apesar dos obstáculos seguimos firmes e fortes.

Agradeço à minha orientadora Carliene Freitas, pela paciência, sabedoria e todo conhecimento compartilhado comigo durante esse processo de pesquisa e escrita.

Não poderia deixar de agradecer meus amigos e companheiros de jornada acadêmica (Evânia, Joel e Luana), pela parceria na Universidade, na pesquisa e por me apoiar em tudo no que tange o processo acadêmico e também fora da Universidade.

Agradeço à minha família, minha mãe, avó e meus irmãos pelo apoio nas horas da minha ausência.

Agradeço imensamente a todo o corpo docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), especificamente do campus de Tocantinópolis pelas correções e ensinamentos.

Por fim, a todas as amigas (os), em geral, que contribuíram de alguma forma para a minha formação. O sentimento que me define nesse momento é somente gratidão.

EPIGRAFE

Já me perdi tentando me encontrar
Já fui embora querendo nem voltar
Penso duas vezes antes de falar
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Sempre fiquei quieta, agora vou falar
Se você tem boca, aprende a usar
Sei do meu valor e a cotação é dólar
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Me perdi pelo caminho
Mas não paro não
Já chorei mares e rios
Mas não afogo não

Sempre dou o meu "jeitin"
É bruto mas é com "carin"
Porque Deus me fez assim
Dona de mim

Deixo a minha fé guiar
Sei que um dia chego lá
Porque Deus me fez assim
Dona de mim

Já não me importa a sua opinião
O seu conceito não altera minha visão
Foi tanto sim que agora eu digo não
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Quero saber só do que me faz bem
Papo furado não me entretém
Não me limite que eu quero ir além
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Me perdi pelo caminho
Mas não paro não
Já chorei mares e rios
Mas não afogo não

Sempre dou o meu "jeitin"
É bruto mas é com "carin"
Porque Deus me fez assim
Dona de mim

Deixo a minha fé guiar
Sei que um dia chego lá
Porque Deus me fez assim
Dona de mim.

Dona de mim, Iza, 2018.

RESUMO

Na presente pesquisa abordamos as ligações entre o processo de formação na Educação Básica e o exercício da maternidade, a partir das narrativas autobiográficas das estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nossa pesquisa teve como objetivo geral investigar as trajetórias de estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos de Tocantinópolis. De modo específico mapeamos a existência de estudantes mães na EJA do Ensino Fundamental II (segundo segmento) de uma escola estadual de Tocantinópolis; investigamos os motivos da desistência do ensino regular e a inserção na EJA; investigamos o quanto a maternidade atravessa as trajetórias das estudantes durante sua formação escolar; analisamos a existência de programas de apoio à maternidade dentro da Escola e fora dela, que possam assegurar a permanência delas durante o Ensino Fundamental. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualiquantitativa com objetivos exploratórios, tendo como instrumento de coleta de informações a roda de conversa. Participaram da roda de conversa e construção das narrativas autobiográficas 21 estudantes da EJA Ensino Fundamental, segundo segmento, das turmas do 7^o. e 9^o. ano, havendo 15 mulheres e 6 homens. Destes, 12 mulheres exerciam a maternidade e apenas dois homens a paternidade, sendo que sete alunos(as) precisam levar seus filhos(as) para as aulas regulares. Para alcançar os objetivos da pesquisa fez-se análise interpretativo-crítica das narrativas de 10 mães estudantes. As narrativas das mães estudantes indicam que suas histórias de vida convergem quanto aos fatores que dificultaram a permanência na escola durante o Ensino Fundamental: moravam na zona rural; o contexto de pobreza; as atividades de cuidado com os filhos, irmãos ou outros familiares; o casamento; e o trabalho na roça ou na cidade para colaborar no sustento financeiro das suas famílias de origem ou família nuclear. Sobre seu retorno na EJA e perspectivas futuras, desejam terminar os estudos e pretendem fazer um curso técnico profissionalizante ou ingressar na Educação Superior. Conclui-se que, o casamento e a maternidade atravessam a vida escolar e profissional dessas mulheres, fazendo com que desistam dos estudos no ensino regular durante a Educação Básica, voltando a estudar algum tempo depois na EJA como forma de recuperar o que lhes foi tirado, seguindo assim, com sonhos e planos para um futuro próximo após a conclusão do Ensino Médio.

Palavras chaves: Maternidades. Educação de Jovens e Adultos. Divisão Sexual do Trabalho. Relações de Gênero.

ABSTRACT

In this research we address the links between the training process in Basic Education and the exercise of motherhood, based on the autobiographical narratives of student mothers in Youth and Adult Education (EJA). Our research had the general objective of investigating the trajectories of student mothers in Youth and Adult Education in Tocantinópolis. Specifically, we mapped the existence of student mothers in the EJA of Elementary School II (second segment) of a state school in Tocantinópolis; we investigated the reasons for dropping out of regular education and joining EJA; we investigated how much motherhood crosses the trajectories of students during their school education; We analyzed the existence of maternity support programs within the School and outside it, which can ensure their permanence during Elementary School. As a methodology, field research of a qualitative and quantitative nature was carried out with exploratory objectives, using the conversation circle as an instrument for collecting information. Twenty-one students from EJA Elementary School, second segment, from the 7th classes participated in the conversation and construction of autobiographical narratives. and 9th. year, with 15 women and 6 men. Of these, 12 women were mothers and only two men were fathers, with seven students needing to take their children to regular classes. To achieve the research objectives, an interpretative-critical analysis of the narratives of 10 student mothers was carried out. The student mothers' narratives indicate that their life stories converge regarding the factors that made it difficult for them to stay at school during elementary school: they lived in rural areas; the context of poverty; care activities for children, siblings or other family members; the wedding; and work in the countryside or in the city to help support the financial support of their families of origin or nuclear family. Regarding their return to EJA and future prospects, they wish to finish their studies and intend to take a professional technical course or enter Higher Education. It is concluded that marriage and motherhood cross the school and professional lives of these women, causing them to give up studying in regular education during Basic Education, returning to study some time later at EJA as a way of recovering what was taken from them. , thus continuing with dreams and plans for the near future after completing high school.

Keywords: Maternitys. Youth and Adult Education. Sexual Division of Labor. Gender Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01: Visita de equipe do PAPU/UFNT à Escola para apresentar a política de apoio à parentalidade.....	34
Figura 02: Acolhimento das crianças pela monitora brincante Evania Pereira.....	35
Figura 03: Foto de todos os alunos que participaram da pesquisa.....	38
Figura 04: Confraternização com as crianças ao final das atividades.....	48

QUADROS

Quadro 01: Perfil sociodemográfico das mães estudantes da EJA Ensino Fundamental (7° e 9° ano) de Tocantinópolis.....	42
Quadro 02: Motivos da desistência das participantes no ensino regular.....	43
Quadro 03: Motivos do retorno das participantes na EJA e suas perspectivas futuras.....	44

SUMÁRIO

PRÓLOGO - Minhas vivências na Educação Básica.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 MATERNAR OU ESTUDAR? OS DESAFIOS DE CONCILIAR ESTUDOS E MATERNIDADE.....	20
2.1 Divisão Sexual do Trabalho e as maternidades plurais.....	20
2.2 Tornei-me mãe, e agora? Os desafios de estudar e maternar.....	22
3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	25
3.1 Breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	25
3.2 Normativas que fundamentam a EJA.....	28
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	31
4.1 Tipo de pesquisa.....	31
4.2 Local da pesquisa.....	31
4.3 Participantes da pesquisa.....	32
4.4 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados.....	32
4.5 Procedimentos de análise dos dados.....	35
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
5.1 Sobre a roda de conversa e a construção das narrativas autobiográficas.....	37
5.2 Perfil sociodemográfico das estudantes mães da EJA Ensino Fundamental de Tocantinópolis.....	40
5.3 Sobre os motivos das estudantes não concluírem o Ensino Fundamental regular e do seu retorno na EJA.....	41
5.4 Os motivos do retorno aos estudos na EJA e as perspectivas futuras.....	43
5.5 O acolhimento de filhos/as dos/as estudantes na EJA: uma política possível na Educação Básica?.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
7 REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A – Questionário curto para levantamento do quantitativo de mães e pais na EJA Ensino Fundamental de Tocantinópolis.....	54

PRÓLOGO - Minhas vivências na Educação Básica

Minha trajetória como estudante e mãe foi bem turbulenta, uma vez que cuidar de casa e dos filhos, e ainda ter que estudar não é algo simples e fácil, pelo contrário, é estressante. O cansaço mental e físico nos domina às vezes.

A trajetória que vivenciei no Ensino Médio, considero que foi a pior fase como estudante. Engravidei aos 14 anos do meu primeiro filho Kaio Felipe, e acabei evadindo da escola por alguns motivos: imaturidade e vergonha de frequentar a escola estando grávida; não ter uma rede de apoio para ficar com meu filho; e condições financeiras para o sustento do filho e dos estudos, enfim foram vários sentimentos que tomaram conta de mim.

Os anos se passaram, e quando voltei a estudar já estava com 20 anos de idade, então a forma que encontrei para terminar o Ensino Médio foi recorrendo à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade de ensino é ofertada às pessoas que não tiveram oportunidade de estudar e terminar no tempo “certo”, logo podem concluir o Ensino Médio em apenas 1 ano e meio.

Quando finalmente consegui terminar, após 2 anos, pensei em fazer vestibular para o ingresso na Educação Superior, mas me sentia incapaz, achava que na Universidade não era meu lugar. Tinha medo de julgamentos, achava que todas as pessoas que estavam ali frequentando a Universidade Federal do Tocantins (UFT), eram extremamente inteligentes e diferenciadas. Mas com apoio de pessoas da minha convivência tive um grande incentivo e força para continuar meus estudos.

No ano de 2014, decidi prestar o vestibular para o curso de Ciências Sociais, e consegui passar, fiquei muito feliz por ter conseguido entrar em uma Universidade Federal. Ao começar a frequentar as aulas, tive um choque por não conseguir acompanhar o volume de leitura solicitado no curso, e ainda conciliar as atividades de cuidado com o filho e os afazeres domésticos. Mais uma vez terminei por desistir do curso!

Em 2018 fiz o extravestibular na UFT para o curso de Pedagogia, e para minha surpresa passei novamente. Nesta época, eu me tornei mãe do meu segundo filho, o João Vitor. E, mais uma vez, pensei em não voltar para a Universidade por receio de não conseguir conciliar os estudos. Se com um filho foi difícil, imagine com dois. Mas fui insistente! Ao iniciar o curso percebi o quanto fui acolhida pelas (os)

professoras (es) e pelas colegas de curso, e acabei me apaixonando pelo curso, dessa vez de Pedagogia.

Minha turma tinha trinta alunas (os), três eram homens e o restante eram mulheres. Muitas colegas eram conhecidas da comunidade, algumas meninas eram adolescentes, tinham recém saído do Ensino Médio. Outras já eram mais velhas como eu, e mães - havia dez mães na turma, contando comigo - uma ajudava a outra dando apoio. Os Docentes e as Docentes do curso de Pedagogia foram compreensivos comigo quanto aos desafios de conciliar os estudos e a maternidade. Estava indo bem até demais, uma vez que conseguia concluir as disciplinas no tempo certo e até mesmo cursar disciplinas de outros períodos para adiantar o processo acadêmico.

Com a chegada da Pandemia por Covid 19¹, em 2020, as aulas presenciais foram suspensas e novamente engravidei, foi um choque! Porque no ensino remoto eu não estava conseguindo aprender de forma satisfatória. Logo, parei de estudar por não conseguir conciliar gravidez, casa e o cuidado de outras duas crianças.

Voltei a estudar quando as aulas presenciais retomaram, em 2022, após dois anos de distanciamento social em função da Pandemia por Covid 19. Minha filha já estava com mais de um aninho e, finalmente, consegui retornar com o apoio da minha mãe. Às vezes ela se cansava, mas queria ver um dos seus quatro filhos (duas meninas e dois meninos) formados na Educação Superior. Teve dias que não foi possível minha mãe ficar com as crianças e a única saída foi levá-los comigo para a Universidade. Entretanto, levar às crianças para sala de aula, em algumas disciplinas, não era algo confortável, uma vez que o rendimento se tornava cada vez comprometido, porque meus filhos entravam e saíam da sala, e de certa forma atrapalhava a explicação do professor, bem como a absorção dos conteúdos da parte dos colegas, e sobretudo, a minha. Em um certo dia, uma colega me falou: *“Lionete você percebeu a cara que o professor (...) te olhou quando você entrou na sala com os meninos fazendo barulho?”*, em outra fala de uma outra colega: *“Por*

¹**A COVID-19** foi uma doença respiratória causada por um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou conhecimento deste novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após receber a notificação de um grupo de casos de “pneumonia viral” em Wuhan, na República Popular da China. Com a disseminação do vírus pelo mundo e no Brasil, a partir de 2020 foram tomadas algumas medidas sanitárias como: higiene corporal, uso do álcool em gel nos estabelecimentos, uso de máscaras e o distanciamento social, que ocasionou a mudança de ensino presencial para ensino remoto na Educação Básica e Superior.

que você não deixa eles com sua mãe?”, foram falas que me deixaram desconcertada, tive vontade de desistir.

Para minha tristeza, quando olhei no portal do aluno estava com 17 faltas. Entrei em contato com o professor para rever essas faltas, embora não tenha faltado tanto assim. Mas a resposta dele foi a seguinte: *“Talvez no momento da chamada você estivesse lá fora com seus filhos”*, e realmente eu estava fora, saia da sala para que meus filhos não atrapalhasse a “bendita” aula, resultado: reprovada na disciplina.

As falas em relação às mães que estudam, ou que trabalham existem em vários lugares. E, muitas vezes, tudo começa em casa, local esse que deveria ser o combustível diário para continuar nossa trajetória, e tenho como exemplo a fala do meu marido: *“Se você voltar a estudar nós vamos nos separar”*.

Perdi várias viagens da Universidade porque algumas pessoas se recusaram a ficar com meus filhos, em uma delas saiu essa: *“Espera teus filhos crescerem para poder estudar”*, dentre tantas frases que já ouvi, a que mais doeu foi ouvir da minha mãe essa: *“Estuda, estuda e não termina nunca, já deu tempo de fazer uma faculdade de medicina”*. São falas que nos desmotivam e nos empurram para o fracasso. Dessa forma, pensei por um momento que a Universidade não era meu lugar, justamente por ser mãe.

Na Universidade foi o lugar onde me senti mais acolhida, onde recebi forças de pessoas que nunca tinha visto na vida. É um lugar também de afetos, de empatia, de sororidade entre as mulheres, dentre muitos outros adjetivos que poderiam ser atribuídos. Na Universidade consegui entender que a Educação é um potente instrumento de libertação, logo nos leva a ter uma visão crítica de tudo que acontece à nossa volta, nos faz sair da “caixinha” que estamos inseridas e pensando igual a todos, nos tornamos pesquisadoras da nossa própria realidade.

Assim, quando nos deparamos com as leituras e reflexões de autores que falam sobre maternidade, entendemos que o público-alvo somos nós mães que buscamos tanto por soluções urgentes, políticas de apoio à parentalidade dentro da Universidade, para que possamos ser amparadas e, de certa forma resolveria uma parte dos nossos problemas. Existem conflitos, porém com a maturidade que adquirimos ao longo do percurso da vida e da formação acadêmica, conseguimos resolvê-los com sabedoria.

Diante das desigualdades de gênero que direcionam as mulheres para as atividades de cuidado, as estudantes mães ainda enfrentam dificuldades para conciliar os estudos e a maternidade dentro da Universidade.

Porém, a partir de 2022, aconteceu um movimento em prol de políticas de apoio à parentalidade na UFNT, o que foi extremamente importante para nós enquanto estudantes e mães. Foi assim que surgiu o PAPU (Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade), uma política educacional da UFNT para a permanência de mães e pais estudantes. O objetivo do programa é receber os filhos das e dos estudantes enquanto estudam. Os locais foram adaptados e organizados para que, de fato, as crianças se sintam acolhidas pelos monitores brincantes, que por sua vez, desenvolvem atividades lúdico-pedagógicas - brincadeiras, jogos e livre brincar - com intencionalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças.

Desse modo, partindo dessas observações e inquietações, decidi escrever meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) trazendo essa pauta para Educação Básica, em especial às Escolas que oferecem a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) na cidade de Tocantinópolis, visto ser egressa da referida modalidade de ensino.

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para realização do nosso² Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolve a compreensão das trajetórias das estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Observa-se que as mães estudantes, de modo geral, enfrentam desafios para sua formação educacional e inserção no mercado de trabalho. De modo específico, mães solas, negras, indígenas, com deficiência e mães em situação de vulnerabilidade social ao engravidarem durante sua formação na Educação Básica parecem ter menos chance de permanência ou menos apoio governamental para concluir os estudos na idade certa exigida pelo Plano Nacional da Educação (PNE). Por vezes, parece que a única saída é evadir-se da escola para procurar outros meios de sobrevivência para criar seus filhos.

Ofélia Barros (1996) empreendeu uma pesquisa com 18 mulheres de três gerações (avós, mães e netas) para compreender, em primeiro lugar, o processo de sujeição dessas mulheres aos modelos dominantes da domesticidade, maternidade, modernidade e feminilidade, e, em segundo, como ocorriam as "singularizações" e a ultrapassagem desses modelos. A autora constatou que apesar da forte tendência implementada, sobretudo na época moderna, no sentido de atribuir às mulheres papéis sociais de acordo com a sua função na reprodução de filhos, na prática essa regra não se verifica completamente; outra observação é que as mulheres mães vem ocupando lugares que antes eram inimagináveis (BARROS, 1996).

Rayssa Andrade e Helga Iwamoto (2019) realizaram pesquisa com 33 mães da UFT Palmas (4 docentes, 18 técnicas e 11 estudantes/estagiárias remuneradas) para analisar as dificuldades e as estratégias delas para conciliar maternidade e trabalho. Os resultados indicam que as mudanças nos tradicionais padrões familiares possibilitaram que elas conciliem a maternidade com a vida profissional, pois essa revisão de valores revela que ser mãe é importante na vida dessas mulheres, mas o trabalho também é uma fonte de realização pessoal. No entanto, as participantes enfrentam sobrecarga de atividades, principalmente as estudantes estagiárias e mães, afirmam as autoras. Para conciliar as múltiplas atividades

² A flexão do verbo "nós" presente no corpo do texto, é em função do trabalho coletivo, e da pesquisadora estar imbricada nos processos de investigação em função das vivências na maternagem.

somente é possível se tiver planejamento familiar e infraestrutura de cuidados infantis, sejam públicos ou privados.

Ivynna Clementino, Caio Cabral e Fernanda Rodrigues (2020)³ investigaram quais motivos levaram cinco mulheres, na faixa etária de 20 a 50 anos de uma escola estadual de Fortaleza - CE, a abandonarem os estudos em idade regular, e retornarem à escola na Educação de Jovens e Adultos. De acordo com os autores, a maioria das mulheres deixam a escola para assumirem o papel de mãe ou para trabalhar com objetivos de complementar a renda familiar e ao retomarem seus estudos na EJA, elas se sentiram mais inseridas na sociedade.

Partindo das vivências pessoais e dos estudos expostos indagamos como são as trajetórias de estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos de Tocantinópolis? Será que durante a gestação, e com o nascimento dos (as) filhos (as), as estudantes interrompem seus estudos para cuidar deles, dos serviços domésticos e/ou trabalharem fora do lar, de forma remunerada? Será que há políticas de apoio às estudantes mães nas escolas que ofertam a modalidade de ensino EJA na cidade de Tocantinópolis?

Demonstrado no prólogo, o tema me despertou curiosidade e interesse, pois as dificuldades que enfrentei quando fui mãe, aos 14 anos de idade, contribuíram para minha desistência da formação escolar no Ensino Médio regular, em função de diversas especificidades: conciliar a rotina de casa; o cuidado com os filhos e os estudos; trabalhar de empregada doméstica para prover o sustento material da minha família; em função da ausência auxílios financeiros. O tempo passou e percebi que essa realidade não mudou, ela se estende na vida de outras adolescentes e adultas, que não possuem meios de sobrevivência e nem rede de apoio para conseguir terminar o Ensino Médio.

Assim como eu, outras estudantes mães que evadiram do ensino regular recorrem à EJA como solução mais rápida para concluírem os estudos. A EJA é uma modalidade educacional criada pelo governo federal que abrange todas as etapas da educação básica no Brasil. Essa forma de ensino é destinada a jovens, adultos e também para pessoas idosas, que por algum motivo abandonaram os

³ Neste estudo para valorizar as identidades de gênero das autorias utilizaremos o primeiro nome de cada pesquisador(a) antecedendo o sobrenome, buscando valorizar a participação feminina na produção científica.

estudos, não tiveram acesso à educação ou não conseguiram terminar na idade considerada adequada.

Entre agosto de 2023 a junho de 2024 realizamos pesquisa no acervo da biblioteca da UFT/UFNT, no Centro Universitário de Tocantinópolis, e encontramos apenas uma monografia que fala da temática da maternidade. Fabiana Vieira (2019) realizou entrevistas com quatro estudantes universitárias da UFT Tocantinópolis que eram mães e trabalhadoras, com faixa etária entre 20 e 35 anos, para investigar o papel da mulher na sociedade e os desafios enfrentados na atualidade para conciliar trabalho, maternidade e estudos. A pesquisa demonstrou a sobrecarga de trabalho das mães estudantes; e a falta de tempo para cuidar dos filhos, que desencadeou sentimentos de culpa. Por outro lado, elas apresentam sentimento de realização pessoal por alcançar formação superior.

Na ausência de estudos sobre Maternidade e Educação Básica no Centro Universitário de Tocantinópolis, tornou-se importante o desenvolvimento desta pesquisa nesta cidade. Observa-se, no cotidiano, que algumas mães estudantes interrompem os estudos quando estão gestantes e/ou lactantes e dependendo, das condições socioeconômicas que estão submetidas e por não ter uma rede de apoio ou políticas públicas escolares, acabam desistindo da escola para trabalhar. Muitas estudantes mães se utilizam de auxílios do governo como o Bolsa Família, concedido às pessoas com maior índice de vulnerabilidade social, porém o valor não dá para suprir suas necessidades e nem da criança, dificultando sua permanência na escola. Observa-se que há estudantes de Pedagogia, no Centro Universitário de Tocantinópolis, que ingressam com mais idade, por vezes em função do casamento e da maternidade durante a Educação Básica. Logo, a importância de realizar uma pesquisa científica para investigar as trajetórias de estudantes mães durante a Educação Básica e, com isso, criar e implementar políticas de apoio à maternidade nas escolas.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar as trajetórias de estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos de Tocantinópolis. De modo específico mapeamos a existência de estudantes mães na EJA do Ensino Fundamental II (segundo segmento) de uma escola estadual de Tocantinópolis; investigamos os motivos da desistência do ensino regular e a inserção na EJA; investigamos o quanto a maternidade atravessa as trajetórias das estudantes durante sua formação escolar; analisamos a existência de programas de apoio à maternidade dentro da

Escola e fora dela, que possam assegurar a permanência delas durante o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Para atingimento dos objetivos realizamos uma pesquisa de campo de natureza qualitativa com objetivos exploratórios (Marconi; Lakatos, 2017). Como instrumento de coleta de informações trabalhamos com a roda de conversa e a construção de narrativas autobiográficas (Moura; Lima, 2014) com os/as estudantes da EJA Ensino Fundamental de uma escola estadual da cidade de Tocantinópolis. Para discussão dos dados utilizamos pesquisas educacionais sobre o perfil dos estudantes da EJA no Brasil, bem como pensadoras feministas marxistas que pesquisam sobre a Divisão Sexual do Trabalho (Kergoat, 2009; Biroli, 2018).

Na segunda seção do trabalho “Maternar ou estudar? Os desafios de conciliar estudos e maternidade”, apresentamos os conceitos que fundamentam esta pesquisa, tais como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho e os estudos sobre Maternidades. Na terceira seção “Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil” fizemos um levantamento histórico sobre a trajetória da EJA desde o período colonial até o século XXI, apresentamos algumas normativas que regulamentam o funcionamento da EJA no Brasil. Na quarta seção abordamos os procedimentos metodológicos do estudo: o tipo de pesquisa, local da pesquisa, participantes, os instrumentos de coleta de informações e os procedimentos de coleta e análise dos dados. Na quinta seção evidenciamos os principais resultados da pesquisa e as discussões com a literatura pesquisada. Na sexta seção, tecemos considerações finais sobre os atravessamentos da maternidade nas trajetórias de estudantes da EJA Ensino Fundamental, sobre suas dificuldades e a necessidade de criação de políticas públicas nos espaços escolares.

2 MATERNAR OU ESTUDAR? OS DESAFIOS DE CONCILIAR ESTUDOS E MATERNIDADE

Esta seção tem como objetivo apresentar os conceitos que fundamentam esta pesquisa, tais como Divisão Sexual do Trabalho e os estudos sobre Maternidades e seu impacto nas trajetórias educacionais de estudantes.

2.1 Divisão Sexual do Trabalho e as maternidades plurais

Danièle Kergoat (2009) e Flávia Biroli (2018) falam que na sociedade em que vivemos, ainda é comum nos depararmos com pensamentos ultrapassados em que as mulheres possuem menos direitos que os homens, mesmo observando o quanto contribuimos com o trabalho produtivo e reprodutivo nas diferentes sociedades.

Diante de algumas falas do cotidiano - “lugar de mulher é na cozinha”, “meu esposo me ajuda nos cuidados domésticos e dos filhos”, “lavar a louça é trabalho de mulher” - observa-se que a divisão do trabalho entre homens e mulheres é algo construído historicamente e imposto pela sociedade, passando assim de geração para geração. Com isso, observa-se que autoras feministas contemporâneas defendem essa pauta que ainda está latente nos dias atuais e buscam explicar como aconteceu essa divisão sexual do trabalho.

Analisando essa trajetória, Danièle Kergoat (2009) traz um importante conceito sobre como essa divisão acontece:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (Kergoat, 2009, p.67).

A divisão sexual do trabalho não está relacionada somente às tarefas domésticas, influencia diretamente na participação de homens e mulheres em diferentes esferas da vida social, na família, no mercado de trabalho e na política.

Segundo Danièle Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é baseada em dois princípios, o de separação e o de hierarquização.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista⁴. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (Kergoat, 2009, p. 59).

Analisando essa forma de relação, percebe-se que se trata de uma relação de poder, da classe dos homens sobre as das mulheres, que vai para além de outras esferas. As mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas de casa e pelo cuidado com os filhos, e isso acontece por diversas questões, sendo elas estruturais e culturais. Ao sair do turno profissional, começa a jornada doméstica, que também é trabalho, apesar de não ser remunerado e invisível aos olhos da sociedade. Essa é a dupla jornada das mulheres ou melhor, pode ser considerada como tripla jornada, levando em consideração a dedicação diária ao emprego, à casa e aos filhos.

A socióloga feminista Flávia Biroli (2018), relendo Danièle Kergoat e Helena Hirata, fala que a divisão sexual do trabalho é uma questão de gênero, e ainda há dois princípios importantes relacionados às desigualdades entre homens e mulheres. O primeiro é a hierarquização: quando o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher. O segundo a autora classifica como separação de gênero: porque existe trabalho de homem e outros de mulheres, os homens ficam com o trabalho produtivo (público) ou cargos que demandam poder e às mulheres é destinado o trabalho reprodutivo, isto é, elas são destinadas à esfera privada: às atividades do cuidado e da reprodução.

O princípio da separação e da hierarquização gera diversas desigualdades de gênero, ou seja, desigualdades entre os grupos dos homens e das mulheres seja no trabalho, na educação e na política. Conforme o IBGE (2024), em termos populacionais há mais mulheres que homens na sociedade brasileira. Resultados do Censo Demográfico de 2022 apontam que o Brasil tem 6,0 milhões de mulheres a

⁴ Para Danièle Kergoat (2009, p. 68) ideologia naturalista “relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie”. A proposta da autora com a teorização sobre as relações sociais de sexo (gênero) e sobre a divisão sexual do trabalho afirma que práticas sexuadas são construções sociais, ou seja, resultado de relações sociais.

mais do que homens, cerca de 104,5 milhões de mulheres (51,5%) e 98,5 milhões de homens (48,5%).

Observa-se que os dados do IBGE (2024) apontam que as mulheres possuem melhor situação educacional em relação aos homens, em especial nos níveis mais avançados do sistema de ensino. O senso de 2022, apontou que as mulheres apresentaram 1,4% de vantagem em relação aos homens na taxa de conclusão da primeira etapa do ensino fundamental, sendo 97,9% para as mulheres e 96,5%, para os homens.

Ao observarmos os dados do censo demográfico relacionados ao trabalho de cuidado, as mulheres desempenham cerca de 11 horas a mais que os homens por semana, isso se acentua com as mulheres pretas ou pardas que estavam mais envolvidas com o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres brancas, sendo 1,6 horas a mais. (IBGE, 2024). Percebe-se que há uma disparidade de raça entre o grupo de mulheres, e isso interfere diretamente nas questões de desigualdades, o trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres pretas e pardas, mesmo que desenvolvido de forma remunerada tende a ser trabalhos precários e de baixo valor.

Conforme Flávia Biroli (2018) o trabalho dos homens tende a ser muito mais valorizado, inclusive socialmente, porque são os homens que estão, majoritariamente, inseridos nos trabalhos, serviços políticos e militares, portanto, nos espaços que são valorizados dentro da nossa sociedade comandada pelos homens - patriarcal.

Em contrapartida, o trabalho doméstico e de cuidado, exercido pelas mulheres, se torna desvalorizado e invisível aos olhos da sociedade patriarcal, visto que, economicamente, ele é desempenhado gratuitamente por amor à família ou com baixos salários. Flávia Biroli (2018) explica que as mulheres dedicam o dobro do seu tempo, diariamente, às tarefas de cuidados, em função das atribuições sociais, culturais e históricas das tarefas de cuidados ao feminino: cuidados das tarefas domésticas, cuidados com os filhos, dentre outras formas de cuidados. Essas desigualdades foram construídas historicamente e imposto pela sociedade. Logo, o trabalho de cuidado está atribuído para as mulheres, uma vez que eram responsáveis por estas tarefas desde muitos anos atrás, já para os homens eram atribuídos cargos públicos de liderança e poder.

2.2 Tornei-me mãe, e agora? Os desafios de estudar e maternar

Quando as mulheres se tornam mães, em muitos casos a maternidade se torna uma barreira para a formação na idade esperada, durante a Educação Básica e Educação Superior, para inserção no mercado de trabalho, para inserção na política, dentre outras. Isso acontece porque vivemos em uma sociedade, que apesar das muitas mudanças, ainda é patriarcal. Ivynna Clementino, Caio Cabral e Fernanda Rodrigues (2020) afirmam que:

O modelo patriarcal brasileiro ainda permanece nas entranhas da sociedade brasileira. Nesse sentido, muitas mulheres, apesar do acesso livre à educação, são obrigadas a abandonar os estudos para exercer o papel de mãe ou, como mãe solteira, prover a família.[...]o imaginário social ainda espera da mulher a postura de anulação em prol da educação dos filhos. Atribui-se a ela a responsabilidade total com a criação das crianças e elas, por sua vez, aceitam essa condição como dever natural.(Clementino; Cabral; Rodrigues, 2020, p.7).

Com a chegada dos filhos, vem com eles as sobrecargas diárias, as dificuldades em tentar conciliar estudos, as cobranças de como uma mãe deve agir, partindo do pressuposto de que quando se tem filhos, sua função exclusiva será voltada para eles. Quando não se tem uma rede de apoio, para dividir a carga de trabalho dessas mães, elas optam em adiar os estudos, ficando somente com o exercício da maternidade.

Flávia Biroli (2018) afirma que vivemos em uma sociedade desigual, e que também há uma desigualdade no exercício do trabalho doméstico, pois no grupo de mulheres, esse trabalho não é realizado nas mesmas condições.

[...]o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça, posição de classe e nacionalidade[...]. (Biroli, 2018, p.35).

Vejamos que as mulheres mães, brancas e de uma classe social com mais privilégios não enfrentam as mesmas dificuldades que as mães negras, valendo assim para as mulheres indígenas e mulheres com deficiência, que também passam por diversos obstáculos ao tentarem conciliar maternidade, estudos e trabalho.

Ingrid Lucena (2023) fala que a falta de tempo e de rede de apoio, a sobrecarga de uma jornada tripla, a conciliação entre a maternidade e o ser mulher, tudo isso é marcado por uma complexidade única, e nesse contexto desafiador, é

importante compreender como diversos fatores podem impactar essa relação. Isso acontece por uma série de questões, entre elas estão: condição socioeconômica ou financeira, não ter um suporte ou rede de apoio para ficarem com seus filhos enquanto estudam, não ter políticas públicas de apoio estudantil para dar suporte a sua permanência na escola, além de outras relações sociais que impactam as trajetórias das mulheres como raça, classe social, deficiência, dentre outros (Lucena, 2023).

Uma vez que para as mulheres foram atribuídas as atividades de cuidados desde muito cedo, isso funciona como um ciclo vicioso social e familiar, deixando parecer ser algo natural para as mulheres exercerem esse trabalho diariamente. Edilaine Silva e Lucimar Novais (2023) vão dizer que:

Muitas mulheres têm estas atribuições e algumas realmente querem ter essas atribuições, mas também querem continuar estudando ou trabalhando. E para que isto seja possível, terão que ter apoio, dividir as tarefas e cuidados com o bebê e receber apoio de outras pessoas, como colegas de classe, professores e instituição, ou seja, quando se tornar uma mãe com seu bebê, uma rede social de apoio deve existir para acolhê-los. (Silva, Novais, 2023, p.5).

Percebe-se que há uma urgência na divisão das tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, no entanto parece que é algo tão difícil para as mães não querer ocupar as outras pessoas, porque o sentimento que se tem, é o de que está se tornando um fardo para família e amigos, e pensam que essa responsabilidade é só sua. Há também um fardo ainda maior, a de estar em um casamento, e o companheiro por sua vez, é liberado desses trabalhos aumentando ainda mais a sobrecarga diária dessas mães.

As mulheres já foram consideradas apenas por sua condição biológica, onde papel de mãe e dona de casa eram considerados algo inato, ou seja, a mulher nascia para ser mãe, dona de casa e cuidar do marido. Atualmente, mulheres e homens cada vez mais percebem e valorizam as contribuições das mulheres para o funcionamento das sociedades, pois com muitas lutas e sacrifícios, estão conseguindo ocupar lugares inimagináveis, lugares que antigamente eram ocupados somente por homens.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O objetivo desta seção é fazer um breve histórico sobre a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, além das normativas que regulamentam o funcionamento da EJA.

3.1 Breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Para iniciarmos esse breve histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como instrumento de ampliação do aprendizado, é necessário que façamos uma pequena reflexão sobre o surgimento desta modalidade de ensino no Brasil, visto que sua notoriedade se dará a partir do séc. XX.

Márcia Friedrich *et al.* (2010) enfatizam que, somente a partir da década de 1930, é que a EJA começa a se destacar no cenário educacional brasileiro, quando em 1934, o governo federal cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional.

A partir de 1945 surgem diversas críticas em relação aos adultos analfabetos, porém, as lutas travadas em prol de uma educação de qualidade, colocaram a Educação de Jovens e Adultos em evidência, ganhando assim, uma visibilidade perante a sociedade. Dessa forma, como apontam Nathalia Colavitto e Aparecida Arruda (2014), por meio da campanha nacional do povo, a educação de adultos passou a mostrar seu valor. Por meio da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil.

Sérgio Haddad e Maria Clara de Pierro (2000) afirmam que no ano de 1947 foi criado o movimento em favor da educação de adultos, coordenado pelo Serviço de Educação de Adultos e se estendeu até o fim da década de 1950, onde recebeu o nome de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. Esse movimento teve forte influência, pois criou-se uma infraestrutura nos Estados e Municípios que visava atender à Educação de Jovens e Adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais.

De acordo com Sérgio Haddad e Maria Clara de Pierro (2000) em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Na

década de 70 destaca-se no país o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71).

Conforme Nair Vieira (2004), o Mobral foi extinto em 1985, em seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que tinha como proposta a redemocratização do ensino de jovens e adultos, a mesma durou até o ano de 1990 no país.

Com a extinção da Fundação Educar, vinculada ao Ministério da Educação, que ofertava apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes, Felipe Silva (2022) afirma que estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos, culminando com os direitos à educação assegurado na nova Constituição do Brasil de 1988, o que trouxe importantes avanços para EJA, independente da idade, a educação passa a ser direito de todos, definindo este marco legal o rumo da educação brasileira em nível federal, estadual e municipal.

De acordo com Sandra Melo e Eliete Lopes (2005), a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil chega à década de 90 reclamando reformulações pedagógicas, onde tiveram maior visibilidade e o governo incumbiu também aos municípios a obrigatoriedade de engajamento nessa política.

Somente em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9.394 de 1996, que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público de sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência.

Em 1998, surgiu o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), seu objetivo era atender às populações situadas nas áreas de assentamento. Este programa estava vinculado essencialmente ao Incra, Universidades e movimentos sociais. Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que no início tinha característica de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. (Strelhow, 2010).

Segundo Felipe Silva (2022), a EJA no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, e aqui o terceiro setor tem sua potência, pois quando o Estado

exime das suas verdadeiras atribuições, as ONGs e a sociedade civil tem sua participação no engajamento de políticas públicas, nas organizações de grupos a fim de estabelecer um Estado de Bem-Estar Social, que visa uma inclusão, e do qual o Estado insiste em se silenciar. Especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado.

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o PROJOVEM (com enfoque central na qualificação para o trabalho, unindo a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos. (Silva, 2022).

Já em 2007, o Ministério da Educação (MEC) aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando, todas as modalidades de ensino, a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (Silva, 2022). No cenário atual, a sociedade vê a juventude e o adulto analfabeto como sinônimo de problema e motivo de preocupação.

De acordo com Márcia Friedrich *et al.* (2010), o adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos. Até então, o que se viu foi a criação de programas, a curto prazo, que não garantem que os alunos deem continuidade aos estudos, na prática percebe-se de que ainda faltam passos bem mais firmes a serem dados, pois a EJA é sucateada, os profissionais também carecem de mais ações por parte do poder público, enfim, uma luta constante e de todos, para que uma educação igualitária e inclusiva aconteça com significância. (Friedrich *et al.*, 2010).

A Educação de Jovens e Adultos teve uma trajetória árdua até chegar na modalidade em que se encontra nos dias atuais. Conforme o Ministério da Educação (Brasil, 2021), atualmente, essa modalidade de ensino está organizada por etapas ou segmentos, sendo essas:

1° segmento: 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental anos iniciais;

2° segmento: 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental anos finais;

3° segmento: 1°, 2° e 3° ano do Ensino Médio.

Podem se matricular na EJA Ensino Fundamental alunos(as) com a idade mínima de 15 (quinze) anos completos e para o Ensino Médio 18 (dezoito) anos completos.

Com isso, ainda há muito que melhorar, no entanto, temos grandes avanços até aqui, desde que passou por diferentes transformações, reformulações e formas de ensino no Brasil.

É importante frisar sobre a importância significativa que o educador Paulo Freire teve na trajetória educacional desses sujeitos da EJA. Conforme Uelinton Vieira *et al.* (2022), “[...] Paulo Freire deixa claro que é importante o professor reconhecer que o aluno é capaz de organizar sua própria aprendizagem, reconhecendo seu lugar no mundo, tornando-o cidadão crítico e consciente, abandonando a situação de opressão” (p. 9).

As contribuições da pedagogia freireana para a Educação de Jovens e Adultos nos permitem refletir sobre a importância da educação como um processo árduo e histórico, essa é a pedagogia política e cultural. Este autor, com conjecturas de empoderamento, autonomia e emancipação, defende a educação libertadora diante dos instrumentos dominantes da educação bancária e neoliberal do sistema capitalista excludente e opressor. (Morais, 2023).

3.2 Normativas que fundamentam a EJA

A EJA é uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não concluíram seus estudos no ensino regular, e também para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade adequada. No Artigo 37, na seção V da LDBEN de 1996, vai dizer que “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. (Brasil, 1996).

Conforme o Ministério da Educação (MEC), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza no Art. 205 que “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Observa-se que a Educação é um direito de todos, incluindo as pessoas que não tiveram acesso à Educação na idade certa. (Brasil, 2013).

Podemos observar que os direitos educacionais da EJA são assegurados na Constituição Federal de 1988, na LDBEN de 1996 e outras legislações educacionais, garantindo assim sua oferta para a população que possui 15 anos ou mais, e que não teve acesso à escola ou parou de estudar antes de concluir a Educação Básica. É uma oportunidade para as pessoas retomarem as aulas da Educação Básica, permitindo que concluam o Ensino Médio e/ou Fundamental em menos tempo do que no modelo tradicional.

A EJA está assegurada no Art. 208 da Constituição, onde diz que a educação será efetivada pelo Estado mediante a garantia de “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Inciso I).

A LDBEN de 1996, no Artigo 38, afirma que “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. Esta garante o direito à Educação Básica de jovens e adultos, adequando-os às suas condições e sublinhando o dever público de oferecê-la de forma gratuita.

Felipe Silva (2022) explica que as Diretrizes Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, contidas no Parecer nº 11/00 do Conselho Nacional de Educação (2000), nortearam as definições pedagógicas para assegurar que as proposições e concepções estejam em convergência com a realidade da EJA, respeitando assim as suas funções: a) *Reparadora*, b) *Equalizadora*, c) *Permanente* e d) *Qualificadora*.

Sobre suas funções, Silva (2022) elucida cada uma delas:

a) *Função reparadora*: significa o direito a uma educação de qualidade. Para isso, a EJA precisa ser fundamentada em um modelo pedagógico específico. Essa função também deve permitir a criação de oportunidades reais de garantir a presença dos jovens e dos adultos na escola.

b) *Função equalizadora*: o objetivo é reparar os danos causados pela exclusão do sistema de ensino pelos trabalhadores ao longo dos anos. Uma das alternativas é garantir mais vagas para esses novos estudantes, que precisam de uma nova chance de equalização.

c) *Função permanente*: trata-se da manutenção de conhecimentos por toda a vida.

d) *Função qualificadora*: é aquela que chama a atenção das instituições de ensino e pesquisa para que assumam a produção em EJA (Silva, 2022).

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014–2024), instituído pela Lei n.13.005/2014 (BRASIL, 2014), constitui um dispositivo fundamental para o controle democrático dos vários setores da sociedade brasileira sobre as políticas educacionais. Assegura na Meta 10: “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. Dessa forma, garante à população que não teve a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e Médio na idade certa o acesso à educação, sendo esta ofertada com qualidade.

O Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO), Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, elaborado a partir de diagnóstico dos últimos 10 anos, estabelece diretrizes, metas e estratégias específicas para a Educação de Jovens e Adultos. A Educação de Jovens e Adultos deve ser incentivada e oferecida de acordo com as características dos alunos, e as modalidades devem ser adequadas às necessidades desses estudantes, assegurando condições de acesso e permanência na escola.

Conforme a Resolução nº 64 de 16 de março de 2021, do Conselho Estadual do Tocantins (CEE/TO), confere que a Educação de Jovens e Adultos é ofertada por meio de três diferentes modalidades, sendo estas: presencial, semipresencial e Educação a Distância EaD, sendo assim apresentadas no art.7º:

Art. 7º Os cursos na modalidade da EJA funcionarão:

I - Na forma presencial, em que estudantes e professores estão disponíveis e presentes na unidade escolar nos horários estabelecidos pelo curso, com carga horária definida na estrutura curricular, aprovada pelo órgão competente, sendo o professor um elemento fundamental na mediação do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo uma interação e contato com maior proximidade;

II - Na forma semipresencial, a relação ensino e aprendizagem se efetiva em diferentes espaços pedagógicos, mediados pelas tecnologias, digitais ou não, com avaliação no processo;

III - Na modalidade de Educação a Distância (EaD), com utilização de ambiente virtual de aprendizagem a partir do 2º segmento, as características devem atender o disposto nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM), por meio da Resolução CNE nº 3/2018 e da Resolução CEE/TO nº 119/2019 ou as que vierem substituir.

Informações sobre o funcionamento da EJA no Estado do Tocantins: modalidades de oferta, número de matrículas, corpo docente, infraestrutura predial e pedagógica, além da

gestão desta modalidade de ensino não serão temas desta pesquisa, ficando para uma agenda de pesquisa no futuro.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa está norteada pela perspectiva teórico-metodológica e política do Materialismo Histórico Dialético, atualizado por pensadoras feministas marxistas que discutem a categoria Trabalho consubstanciada às relações de gênero, etnia/raça e maternidade (Kergoat, 2009; Biroli, 2018).

4.1 Tipo de pesquisa

Para alcançar os objetivos realizamos uma pesquisa de campo, que “[...] se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 219). As autoras argumentam que essa pesquisa consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente no campo, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los. Nossa pesquisa de campo é de natureza quali-quantitativa com objetivos exploratórios.

Os estudos qualitativos e quantitativos com objetivos exploratórios são investigações de pesquisa empírica, com objetivos de desenvolver hipóteses; de aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; e para modificar e clarificar conceitos (Marconi; Lakatos, 2017). Nestes estudos, as autoras explicam que as informações obtidas podem ser tanto quantitativas quanto qualitativas e os pesquisadores devem conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado.

4.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Padre Giuliano Moretti, situada na cidade Tocantinópolis - TO. A escola foi criada em 14 de Janeiro de 1986, onde oferece duas modalidades de ensino, sendo essas: Ensino Fundamental regular (do 5° ao 9° ano), ofertada nos turnos matutinos e vespertinos, e EJA (Educação de Jovens e Adultos), turmas de 7° e 9° ano, no período noturno. Atualmente a escola conta com um total de 166 alunos matriculados, sendo 30 alunos matriculados na EJA.

4.3 Participantes da pesquisa

No semestre de 2024/1 estavam matriculados 30 alunos, no entanto, no dia da roda de conversa somente 21 alunos (as) estavam presentes, sendo esses 15 mulheres e 6 homens, das duas turmas da EJA do Ensino Fundamental (7º e 9º ano) da Escola Estadual Pe. Giuliano Moretti. A pesquisa foi realizada com todos os(as) estudantes das duas turmas.

Por meio de um questionário curto (Apêndice A), contendo cinco questões, fizemos o levantamento inicial para saber o quantitativo de mães e pais que frequentam a EJA Ensino Fundamental para posterior planejamento da roda de conversa com os/as estudantes e, concomitante, o acolhimento dos filhos(as). As respostas indicaram que dos 21 alunos, frequentes nas aulas, haviam 14 alunos (as): um pai, onze mães, uma avó e um avô, que precisavam levar seus filhos (as) e netos (as) para a sala de aula enquanto estudavam. Os(as) filhos (as) que acompanhavam os(as) estudantes totalizavam 7 crianças, sendo 4 meninas e 3 meninos, com idades entre 6 e 12 anos de idade.

Os 21 estudantes participaram do levantamento inicial e da roda de conversa com as construções das narrativas autobiográficas. Entretanto, como este estudo buscou investigar as trajetórias de mães estudantes na Educação Básica, foram selecionados para análise apenas os relatos autobiográficos de dez (10) mães estudantes das duas turmas, a partir dos seguintes critérios de inclusão: estar matriculada e frequente nas aulas da EJA no semestre de 2024/1; ter filhos (as), independente da idade; ter participado da roda de conversa e construído sua narrativa autobiográfica.

Os relatos autobiográficos de pais e demais estudantes sem filhos (11 participantes) não foram analisados para este estudo.

4.4 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A pesquisa realizada envolveu três etapas: 1) visita à escola, após convite da instituição, para apresentar o PAPU (Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade Federal do Norte do Tocantins); 2) levantamento inicial sobre o quantitativo de mães e pais que frequentam a EJA Ensino Fundamental; 3) roda de conversa e construção das narrativas autobiográficas.

A primeira etapa da pesquisa envolveu uma visita das pesquisadoras na Escola, no dia 05 de abril de 2024, para explicar sobre o PAPU UFNT - Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade Federal do Norte do Tocantins. O PAPU é um programa que está incluso nas políticas de permanência de mães e pais na Educação Superior, sob a coordenação de Gênero e Diversidade da Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas - DAEP/UFNT. O programa visa acolher as famílias universitárias por meio da oferta de infraestrutura física (banheiro família com sanitários infantis e fraldários; espaço amamentação; brinquedoteca; parquinhos infantis; acessibilidade com rampas e vagas de estacionamento); acolhimento noturno e diurno de crianças de 3 a 10 anos com monitores(as) brincantes⁵, no período de aula regular e durante os eventos científicos; rodas de conversa com as famílias universitárias e a comunidade acadêmica; e formação continuada de monitores brincantes.

Falamos como funciona o Programa, como ocorreu sua implementação, mostramos os espaços de acolhimento das crianças e das mães, que por sua vez são pensados no bem estar das famílias universitárias, bem como as atividades desenvolvidas pelos monitores e também quais meios legais a escola poderá percorrer para que, futuramente, esse programa esteja dentro das escolas da EJA para amparar as mães estudantes e servidoras.

⁵ Eu, Lionete, fui monitora brincante no PAPU no período de fevereiro a março de 2024. Eu e meus filhos estamos cadastrados desde 2023 e usufruímos das atividades desenvolvidas no PAPU.

Figura 01: Visita de equipe do PAPU/UFNT à Escola para apresentar a política de apoio à parentalidade.



Fonte: Acervo da Escola/2024.

A segunda etapa aconteceu no dia 03 de Junho de 2024, onde realizamos uma coleta inicial, por meio de um questionário curto (Apêndice A), com as turmas da EJA para saber quem era pai e mãe; quantos filhos os acompanhavam nas aulas regulares, bem como a idade deles, para que pudéssemos planejar o acolhimento das crianças durante a pesquisa; e quais pais e mães desejavam participar de uma roda de conversa.

A terceira etapa envolveu uma roda de conversa com a construção das narrativas autobiográficas, realizada no dia no dia 17 de junho de 2024, das 18:30 às 22h, na Escola Estadual Pe.Giuliano Moretti, mediada por mim, Lionete Silva e pela professora de Língua Portuguesa profa. Eveliny Jácome⁶, além da participação da monitora brincante Evânia Pereira que acolheu os/as filhos/as dos/as participantes durante as atividades, em sala separada.

⁶ Eveliny Jácome é graduada em Letras pela Universidade do Tocantins (2000) e bacharel em Direito pela Faculdade de Imperatriz - Facimp (2016). Mestre em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - PPGLLit - da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Atua como professora titular de Língua Portuguesa, concursada, na EJA segundo segmento. Foi colaboradora da pesquisa.

Figura 02: Acolhimento das crianças pela monitora brincante Evânia Pereira.



Fonte: Acervo da Escola/2024.

A roda de conversa é utilizada como instrumento de coleta de dados na pesquisa narrativa, pois possibilita entrar em contato com os depoimentos escritos e orais dos participantes. A roda de conversa aqui citada, não se trata de algo aleatório, trata-se de um ambiente adequado para realização de uma pesquisa. De acordo com Adriana Moura e Maria Lima (2014), a roda de conversa é definida como:

A Roda de Conversa é, dentro da pesquisa narrativa, uma forma de coleta de dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para a discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, mediante diálogos internos, e, ainda, no silêncio observador e reflexivo. (Moura; Lima, p.25, 2014).

Sendo assim, trabalhamos com as memórias narrativas dos e das estudantes (mães, pais e avós) que frequentam a modalidade de ensino EJA e que estiveram presentes no dia 17/06/24, totalizando 21 participantes.

Neste dia, todos(as) os(as) alunos(as) presentes participaram da atividade, uma vez que a professora de Língua Portuguesa utilizou a metodologia para ensinar a estrutura do texto narrativo e avaliar o desempenho dos(as) alunos(as) no componente curricular.

Para a realização da roda de conversa e construção das narrativas autobiográficas seguimos o seguinte roteiro: 1) apresentação das pesquisadoras; 2) apresentação da proposta da pesquisa e da estrutura da roda de conversa; 3) leitura

das memórias autobiográficas da pesquisadora; 4) debate sobre o curta metragem Vida Maria (2006); 5) construção escrita e oral das narrativas autobiográficas. Os relatos orais foram gravados e transcritos, posteriormente, pelas pesquisadoras.

A descrição e análise da roda de conversa, da construção das narrativas autobiográficas e do acolhimento das crianças serão descritos e analisados na seção dos resultados e discussões.

4.5 Procedimentos de análise dos dados

Adriana Moura e Maria Lima (2014) evidenciam que as rodas de conversas caracterizavam-se como rememoração do vivido, trazendo memórias coletivas e individuais, e que para a realização da análise delas é preciso compreendê-las como algo dinâmico e não estático e acabado. A análise das memórias envolvem: 1) leitura e releitura das narrativas; 2) organização e categorização em eixos de análise; 3) análise interpretativa-crítica dos achados mais relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

Para a análise fizemos leituras e releituras das memórias da pesquisadora (anotadas após a roda de conversa) acerca das falas dos e das participantes durante a roda de conversa e dos textos escritos e orais produzidos pelos 21 participantes da pesquisa. Dedicou-se em profundidade na análise das narrativas autobiográficas das 10 estudantes mães.

Na sequência, organizamos e categorizamos as falas das participantes em três eixos de análise: perfil sociodemográfico das mães estudantes; motivos da desistência das participantes durante a formação no ensino regular; motivos do retorno na EJA e perspectivas futuras. Como última etapa, empreendemos a análise interpretativa-crítica dos achados mais relevantes para a compreensão do objeto de estudo, dialogando com a literatura pesquisada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção tem como objetivo mostrar os principais resultados da pesquisa e as discussões com a literatura pesquisada.

5.1 Sobre a roda de conversa e a construção das narrativas autobiográficas

Iniciamos a roda de conversa realizando a leitura do meu Prólogo, onde neste venho falar da minha trajetória como estudante mãe na Educação básica, minhas dificuldades e conquistas até chegar na Universidade, como estudante de Pedagogia. Confesso que foi bem emocionante esse começo, pois me emocionei ao recordar toda essa trajetória de vida, jamais imaginei que um dia voltaria na EJA contando minha história, porque além das dificuldades, eu a considero linda. Feito a leitura, em seguida iniciamos uma conversa sobre a importância de não desistir dos estudos, independente das condições e/ou idade.

Diante da realização da leitura do meu prólogo, percebemos que algumas estudantes querem ir mais além após a conclusão do Ensino Médio, pude observar diante da fala de uma das estudantes: *“Parabéns, eu também quero fazer a Universidade”*, ou outro comentário como *“sua história é linda!”*, foram comentários que me deixaram feliz, feliz por saber que elas querem de alguma forma se libertar através dos estudos.

Figura 03: Foto de todos os alunos que participaram da pesquisa.



Fonte: Acervo da Escola/2024.

Dando continuidade, pensamos com antecedência qual curta metragem passar para os estudantes assistir que incitasse o debate sobre as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho, as atividades de cuidado e os desafios de conciliar estudos e trabalho.

Duas possibilidades surgiram: o curta metragem *O sonho Impossível?* (2012) ou *Vida Maria* (2006). O curta metragem - *O Sonho Impossível?* - foi produzido no ano de 2012, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), que retrata a situação familiar vivenciada por muitas mulheres, que é a sobrecarga diária no trabalho de cuidado com os filhos, da casa e do marido, enfrenta ainda as desigualdades de gênero, salarial, e que precisa trabalhar fora do lar de forma remunerada para ajudar a complementar a renda familiar. Enquanto o seu marido é liberado das atividades de cuidado e domésticas por ser homem.

O curta metragem - *Vida Maria* - foi produzido no ano de 2006, de autoria de Márcio Ramos, e nele é retratado as realidades educacionais do nosso país, onde homens e mulheres não conseguem frequentar a escola por conta do trabalho, os homens não vão à escola porque precisam trabalhar na roça, e as mulheres porque tem que ficar nas atividades domésticas, dos filhos e da vida conjugal, além de retratar a repetição intergeracional das mulheres (várias Marias) que se tornam esposas e mães ao invés de estudarem, é um curta que aborda a questão das desigualdades sociais vivenciada por milhões de brasileiros.

Depois de diálogos com a profa. Evelyny, decidimos que *Vida Maria* (2006) teria mais relações com a história de vida dos e das estudantes, que por alguns motivos não tiveram a oportunidade de estudar ou de terminar seus estudos na idade considerada adequada.

Antes de iniciar o curta-metragem, fizemos a apresentação dele com o objetivo de mostrar a realidade da Educação no Brasil. Ao longo da exibição do curta, percebemos o quanto todos estavam atentos, entusiasmados. É como se eles tivessem revisitando seu passado a cada cena, observamos através dos olhares atentos de cada aluno(a) ali presente. Na sequência, ao iniciar o debate do curta, gerou um enorme silêncio na sala, como se cada um tivesse ativado seu modo reflexão, e foi onde iniciei o debate fazendo algumas perguntas, dentre elas estavam: *O que acharam do curta-metragem? Por que essas pessoas do vídeo não estudaram? Quais os fatores os impediram? Poderia ter sido diferente? A realidade dos homens e das mulheres eram iguais? E o que fazer para contornar essa*

realidade? Perguntei também se alguém, em algum momento, viu-se no vídeo assistido. E com essas indagações gerou um grande debate, onde todos queriam relatar suas vivências e dificuldades que os impediram de estudar, foi um momento rico, cheio de emoções, não tive como me conter e desabei a chorar ouvindo cada história deles e me percebendo em cada fala proferida.

O momento foi propício para as reflexões, pois em algumas das falas, uma estudante disse: *“Não estudei porque tive muitos filhos, igual a mulher do filme”*. Seguindo o debate, outra mãe disse: *“Na hora daquela cena em que a mulher vai buscar água na cabeça lembrei de mim, pois ia buscar água no rio Tocantins para fazer comida”*. Tivemos também falas dos avôs estudantes, onde um deles falou: *“Eu morava na roça, igual no filme, por isso não aprendi a ler direito”*. Durante o diálogo, percebi que quando passamos algo com intencionalidade fica mais fácil alcançarmos o principal objetivo, o intuito do filme era esse, tocar em todos os estudantes, para que posteriormente fizessem essa reflexão, e na seguida conseguissem escrever suas memórias.

E para não perder esse grande e emocionante momento, deixamos espaço para a construção das memórias narrativas, onde foi pedido para os 21 estudantes presentes na aula relatarem de forma escrita (para os estudantes que sabiam escrever) e ou oral (para os que tinham dificuldades na escrita) descrevendo suas trajetórias na Educação Básica, falando quais fatores contribuíram para não estudar no tempo certo, quais motivos os fizeram retornar na EJA e quais perspectivas após concluírem o Ensino Médio.

Lembrando que este texto narrativo fazia parte do processo avaliativo da disciplina de Língua Portuguesa conduzido pela profa. titular da escola Eveliny Jácomo, que era a produção das memórias narrativas. Os estudantes tinham que seguir toda uma estrutura para o desenvolvimento individual das suas narrativas.

Assim, iniciou-se a escrita e deixei os/as alunos/as bem à vontade para a realização das memórias narrativas. A construção do texto foi acompanhada pela profa. Eveliny, pois alguns alunos não conseguiram terminar no mesmo dia, precisando assim, de um pouco mais de tempo para concluir as escritas.

Enquanto isso, utilizei o gravador de voz do aparelho celular para colher os relatos orais, que no caso foram somente de três pessoas, organizei um cantinho calmo, sem muito barulho para melhor atendê-los, e pudesse correr de forma tranquila.

5.2 Perfil sociodemográfico das estudantes mães da EJA Ensino Fundamental de Tocantinópolis

Após a leitura dos relatos dos/das 21 estudantes da EJA, trabalhamos com uma amostra de estudantes, realizamos aprofundamento nas narrativas autobiográficas das 10 estudantes mães.

Participaram da pesquisa 10 estudantes mães da EJA Ensino Fundamental (7º e 9º ano) do segundo segmento, na cidade de Tocantinópolis, com idades entre 18 e 54 anos, havendo quatro participantes entre 32 e 36 anos e quatro participantes entre 51 e 54 anos, conforme no Quadro 01.

A maioria das participantes se identificam com a cor parda (08 participantes), uma estudante preta e outra branca. Observou-se que a maioria das estudantes pertencem à população negra, mas elas não percebem como descendentes afro-brasileiras, sugerindo, dessa forma, futuros diálogos sobre o pertencimento étnico-racial.

Sobre o estado civil houve seis (06) mães solteiras e quatro (04) mães casadas em regimes de conjugalidade heterossexual. Durante a roda de conversa e na escrita das memórias não ficou claro se as mães solteiras são mães solas/monoparentais, consideradas as provedoras da família ou se as mães casadas também assumem a função de únicas provedoras ou compartilham a função com seus companheiros.

Das dez participantes, sete (07) delas possuem apenas um filho ou filha. A “Mãe E” tem dois filhos e as “Mães H e I” têm quatro filhos. Interessante notar que as gerações de mulheres mais jovens têm menos filhos comparando com as mulheres acima de 50 anos.

A idade dos filhos das participantes vai de 1 ano a 36 anos, sendo que a maioria das mães (06) tem filhos com acima de 15 anos e quatro (04) delas têm filhos com idades entre 1 a 10 anos. Observando a idade em que as estudantes se tornaram mães (idade de nascimento da mãe menos a idade de nascimento do primeiro filho) verifica-se que apenas uma delas foi mãe acima de 30 anos - “a Mãe F” teve sua filha aos 36 anos. A maioria delas teve filhos entre 17 e 20 anos, cinco (05) participantes.

Quadro 01: Perfil sociodemográfico das mães estudantes da EJA Ensino Fundamental (7° e 9° ano) de Tocantinópolis.

Participantes	Idade	Cor/raça	Estado civil	Filhos(as)	Idade Filhos
Mãe A	18 anos	Branca	Solteira	1 filha	1 ano e 4 meses
Mãe B	32 anos	Parda	Solteira	1 filha	6 anos
Mãe C	33 anos	Preta	Solteira	1 filho	9 anos
Mãe D	35 anos	Parda	Casada	1 filho	17 anos
Mãe E	36 anos	Parda	Solteira	2 filhos	15 e 4 anos
Mãe F	42 anos	Parda	Solteira	1 filha	6 anos
Mãe G	51 anos	Parda	Casada	1 filho	26 anos
Mãe H	53 anos	Parda	Casada	4 filhos	26 a 33 anos
Mãe I	53 anos	Parda	Casada	4 filhos	24 a 35 anos
Mãe J	54 anos	Parda	Solteira	1 filho	36 anos

Fonte: autoria própria.

As dez participantes da pesquisa estão cursando a EJA, na 2° etapa do Ensino Fundamental numa escola estadual da cidade de Tocantinópolis, no período noturno - das 19h às 22 h. Quatro delas estão cursando o 9° ano e seis estão matriculadas no 7° ano.

5.3 Sobre os motivos das estudantes não concluírem o Ensino Fundamental regular e do seu retorno na EJA

Ao analisar as narrativas biográficas das amostragens sobre os motivos de não concluírem o Ensino Fundamental regular observamos que suas histórias convergem quanto à localidade de suas moradias - moravam no sertão do Estado Maranhão ou do Estado do Tocantins; quanto ao contexto de pobreza, logo precisavam trabalhar para colaborar no sustento financeiro das suas famílias de origem ou família nuclear; quanto às atividades de cuidado com os filhos, irmãos ou outros familiares; e quanto ao casamento, pois alguns esposos não deixavam elas estudarem (Quadro 02).

Quadro 02: Motivos da desistência das participantes no ensino regular

Participantes	Motivos da desistência no ensino regular
Mãe A	Morava na zona rural; pobreza; Maternidade.
Mãe B	Morava na zona rural; pobreza; casamento e maternidade.
Mãe C	Pobreza; abandono da mãe; cuidados com os irmãos e o pai dependente químico.
Mãe D	Pobreza; trabalho remunerado para sustento da família.
Mãe E	Morava na zona rural; trabalhava na roça para o sustento da família.
Mãe F	Casamento e maternidade.
Mãe G	Casamento; trabalho para o sustento da família.
Mãe H	Morava na zona rural; casamento; maternidade; trabalho para sustento da família.
Mãe I	Falta de interesse pelos estudos.
Mãe J	Morava na zona rural; cuidava dos 13 irmãos para os pais trabalharem na roça.

Fonte: autoria própria.

Analisando as falas das estudantes mães é possível observar que os fatores determinantes que ocasionaram a desistência escolar na idade certa são semelhantes, uma vez que o casamento, o trabalho de cuidado a elas atribuído desde cedo, bem como a maternidade se destacam, no entanto essas dificuldades vão para além, refletindo assim, na não conclusão dos estudos. Algumas falas são ilustrativas:

Mãe B: “O que mim impediu de concluir meus estudos mim casei cedo ai foi quando meu ex marido não deixava eu trabalhar e nem estudar mim deixei mim levar por ele, no final das contas só eu fui prejudicada”.

Mãe H: “vou falar um pouco da minha vida, é porque que eu não estudei, eu morava no sertão, no interior, não tinha como, me casei, tive muitos filhos, vim pra cidade e comecei a estudar umas três veis, só que nunca foi concluído,e trabalhando direto, e tambem tinha o trabalho e os filhos [...]”.

Mãe C: “cresci ajudando minha mãe nos afazeres domésticos. Naquela época, minha família era muito complicada. Meu pai bebia muito e meus 9 irmãos não davam ouvidos aos conselhos da minha mãe inclusive, eu comecei a sair beber, ter amizades que não me faziam bem[...]. Minha mãe não suportou todo sofrimento foi embora

me deixado com meus 9 irmãos menores[...]. Logo abandonei meus estudos”.

Apenas uma delas fala da falta de interesse pelos estudos como motivo para a desistência do ensino regular: “ Num estudei por falta de interesse” (Mãe I).

De acordo com Flávia Biroli (2018) na divisão sexual do trabalho, são as mulheres que fornecem essa forma de trabalho gratuito, exercido dentro de casa com seus maridos e filhos, e no cotidiano das tarefas domésticas, deixando assim os homens livres para seguir uma carreira profissional. No entanto, é um trabalho cansativo, que não é remunerado, no entanto, é um trabalho invisível aos olhos da sociedade.

Conforme Lissandra oliveira (2023), as maiores dificuldades que as mulheres encontram para continuar estudando está atrelada justamente a dificuldade de conciliar tais demandas, que geram a sobrecarga do trabalho feminino, trabalho esse que geralmente é de cuidado, cuidado exclusivo das crianças, -que o pai geralmente se esquia, mesmo que ainda continue ao lado da mulher como marido cuidado com outros membros da família, trabalhos baixo remunerados que envolvem a questão do cuidado como característica principal.

Fabiana Vieira (2019) evidencia a ideia estabelecida de responsabilidade social e pessoal das mães para com as crianças, as mulheres começaram a sentir culpa quando se viam em uma situação de precisar delegar a responsabilidade pelos filhos a outras pessoas, de forma que esse sentimento permanece até nossos dias.

Assim, algumas mães estudantes que frequentam a modalidade de ensino EJA, relatam que ao se casarem e terem filhos a volta para escola se tornará cada vez mais difícil, e quando não tem uma rede de apoio fica quase inviável esse retorno.

5.4 Os motivos do retorno aos estudos na EJA e as perspectivas futuras

Os motivos que levam as mães estudantes retornarem para concluírem seus estudos se cruzam, pois seis estudantes mães relataram que pretendem terminar seus estudos para que futuramente ingressarem na universidade, e ou ainda estudar para conseguir fazer um curso técnico profissionalizante, conforme Quadro 03.

Quadro 03: motivos do retorno das participantes na EJA e suas perspectivas futuras.

Participantes	Motivos do retorno na EJA e perspectivas futuras
Mãe A	Terminar estudos; melhorar empregabilidade; melhorar condição socioeconômica.
Mãe B	Terminar os estudos; ingressar na Educação Superior.
Mãe C	Terminar os estudos; ingressar na Educação Profissional.
Mãe D	Terminar os estudos.
Mãe E	Terminar os estudos; ingressar na Educação Superior.
Mãe F	Terminar os estudos; ingressar na Educação Superior.
Mãe G	Terminar os estudos; ingressar na Educação Profissional.
Mãe H	Terminar os estudos; ingressar na Educação Superior; melhorar a empregabilidade.
Mãe I	Terminar os estudos; melhorar a condição socioeconômica.
Mãe J	Terminar os estudos; adquirir mais conhecimento.

Fonte: autoria própria.

Algumas falas ilustram os motivos do retorno ao processo educacional por meio da EJA e as perspectivas futuras.

Mãe B: “Hoje estou aqui fazendo a Eja para mim concluir meus estudos...Vou para Universidade em nome de Jesus, fazer uma faculdade, vou chegar lá”.

Mãe C: “Depois de terminar o ensino médio, pretendo estudar para trabalhar na área da saúde. vou ser uma técnica em enfermagem e fazer o que mais gosto, cuidar das pessoas”.

Mãe E: “tenho um grande sonho para ser realizado. Futuramente, quero muito fazer parte de uma faculdade...Quero ser uma professora como a Eveliny...Minha esperança”.

Mãe F: “Separei voltei a estudar e não pretendo parar, vou terminar meus estudo e fazer uma faculdade”.

Mãe G: “meu sonho antes era de eu me formar em tecnico de enfermagem, não sei se eu vou vencer, não sei se eu vou conseguir, mas Deus sabe, é isso minha trajetória de vida”.

Mãe H: “voltei com meus estudos agora com os meros objetivos, conseguir um bom trabalho e ser uma boa professora, é o meu sonho”.

Somente duas mães estudantes “Mãe D” e a “Mãe J” relataram que só querem mesmo terminar os estudos, para recuperar o tempo que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa.

Mãe D: “só terminar os estudo”.

Mãe J: “[...] tive a oportunidade de entrar aqui pra mim aprender mais um pouco, num aprender muita coisa não, só, é ler um pouco e estudar mais”

Na análise das narrativas, percebe-se que as respostas das estudantes, conversam com a teoria da educação de Paulo Freire, principalmente a Educação da autonomia, que é uma educação que faz com que o indivíduo se torne um sujeito reflexivo, confiante, crítico, que conheça sua realidade e identidade cultural, se transformando em um sujeito capaz de realizar mudanças no meio que está inserido.

Para tanto, é necessário que os (as) docentes da EJA considerem o saber que cada estudante possui, respeitando e dando a eles lugar de fala, “[...] saber que o respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.” (FREIRE, 1996, p.25).

Assim, é extremamente importante ouvir os/as estudantes, para que se sintam valorizados em seus saberes durante a aula, fazendo com que adquiram confiança e participem cada vez mais nas aulas. Freire (1996) vai dizer que o saber escutar os alunos, é considerado como uma ação educativa. Como traz a seguir:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar no sentido aqui discutido significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura da fala do outro, ao gesto do outro, as diferenças do outro, isto não quer dizer evidentemente, que escutar exige de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria, escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim em nada a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. (FREIRE, 1996, p.45).

Paulo Freire, em todas as suas pedagogias, principalmente a Pedagogia da Autonomia e Pedagogia Libertadora, traz semelhanças com as vivências, o modo de pensar dessas mães estudantes, tanto na formação educacional, quanto política, pois as estudantes acreditam numa educação transformadora da sua realidade

educacional e social, pois através dela abrirá portas da empregabilidade, poderão cursar uma faculdade e fazer cursos técnicos ao concluírem seus estudos.

É importante reconhecermos que a qualidade da Educação envolve múltiplos fatores para além das habilidades de professores e alunos, mas também a estrutura física da escola, material didático pedagógico, alimentação e transporte escolar, relação família-escola, dentre outros. Observou-se, durante a atividade de pesquisa, relatos de algumas professoras da EJA sobre seus enfrentamentos para conseguir ministrar uma aula de qualidade, isso porque trabalham com o mínimo, em muitos casos tiram do seu bolso para arcar com os custos de materiais pedagógicos.

Sendo assim, quando nos referimos a essas estudantes mães e suas trajetórias na EJA, e falar dos sonhos que carregam, é inviável não citarmos o autor Paulo Freire, pois seu legado é imensurável, nos ensina de como a educação nos transforma e faz de nós sujeitos críticos e questionadores.

5.5 O acolhimento de filhos/as dos/as estudantes na EJA: uma política possível na Educação Básica?

No dia 17 de junho de 2024, das 18:30 às 22 horas, foi realizado na Escola Estadual Padre Giuliano Moretti o acolhimento das crianças que acompanham, frequentemente, suas mães, pais e avós, durante as aulas regulares da EJA.

Concomitante à roda de conversa foi ofertado o acolhimento dos(as) filhos(as) dos(as) estudantes pelo PAPU UFNT. A monitoria do acolhimento ficou na responsabilidade da monitora brincante Evânia Silva, que atualmente é a monitora do Programa de Apoio à Parentalidade (PAPU), e também discente do curso de Pedagogia na UFNT, campus de Tocantinópolis.

As atividades foram realizadas numa sala de aula da escola, com brinquedos do PAPU UFNT e brincadeiras preparadas pela monitora. Participaram 7(sete) crianças que vão, diariamente, às aulas com suas mães, pais e avós, sendo quatro meninas e três meninos, com idades entre 6 a 12 anos.

Para dar início às atividades, houve a necessidade de uma breve apresentação de cada criança por vez para que a monitora pudesse conhecê-los. Na sequência as atividades foram divididas em dois momentos. No primeiro momento, cada criança falou seu nome, idade, onde estuda e a série, em seguida falou quem está acompanhando na EJA.

No segundo momento foi realizado uma brincadeira de mímica pra descontrair, cujo objetivo era imitar os animais e desenhos que elas assistem no dia a dia. Em seguida, realizou-se também brincadeiras de pega vareta, pinturas de mandalas, jacarandá com elementos da natureza, xadrez, dama e baralho. Houve contação de história, onde foram distribuídos três temas de historinhas (Branca de Neve, Os três Porquinhos e Rapunzel)⁷. Em seguida foi feito uma discussão para melhor entendimento da história, na sequência eles tinham que recontar as histórias de acordo como ouviam as versões.

As crianças tiveram reação positiva das atividades, mas o impacto do acolhimento na permanência das mães na EJA, apenas com a implementação de um programa específico na escola. As atividades foram finalizadas com pipoca e refrigerante juntamente com os seus respectivos responsáveis na cantina da escola.

Figura 04: Confraternização com as crianças ao final das atividades.



Fonte: Acervo da escola/2024.

A escola Estadual Giuliano Moretti ainda não possui ações voltadas à implementação de políticas que apoiem pais, mães e outros cuidadores com suas crianças durante as atividades escolares.

Conforme Rayssa Andrade e Helga Iwamoto (2019) só é possível conciliar a maternidade e a vida profissional, se houver planejamento familiar e infra-estrutura

⁷ Os materiais pedagógicos utilizados para a contação de história foram disponibilizados pelo acervo do PAPU UFNT.

de cuidados infantis em termos de prestadores de serviços públicos e privados. Diante disso, percebemos que é necessário uma rede de apoio e a implementação de políticas educacionais para facilitar a permanência das mães estudantes nas escolas, no trabalho e na formação profissional.

Com a colaboração do Programa de Apoio à Parentalidade na UFNT durante as atividades de pesquisa na escola, podemos observar o quão importante é desenvolver políticas públicas para a criação de programas e projetos dentro das escolas que dão suporte para as mães estudantes, professoras, servidoras, enfim, para todas as mães que fazem parte da comunidade escolar. Dessa forma, seria possível que essas mães se sintam mais acolhidas, facilitando assim, a sua ida diariamente até a conclusão dos estudos, e sobretudo, às crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa foram alcançados em sua totalidade, visto que a intencionalidade da pesquisa era entender a trajetória dessas mães estudantes, quais fatores impediram as estudantes mães de não concluírem seus estudos na idade certa, assim como os motivos de retorno na EJA para terminarem seus estudos.

Diante das análises acima, percebemos que existem muitos fatores que interferem na trajetória educacional dessas mães estudantes, como: casamento, maternidade, família desestruturada, localidade, contribuindo assim para a evasão escolar.

Percebe-se que as esposas e mães ainda param de estudar porque a opinião do seu companheiro vale mais do que as suas, potencializando o patriarcado e a divisão sexual do trabalho presente na sociedade brasileira, ficando assim, atrasadas na formação profissional e na inserção no mercado de trabalho, enquanto o homem seguiu sua vida educacional e profissional, isso porque como homem é esperado que seja o “provedor da casa”.

Em outros casos, vimos que quando as famílias são de estratos sociais mais baixos, as mães estudantes precisam contribuir com a renda familiar e com os afazeres domésticos e de cuidado, logo não recebem suporte da família para continuarem seus estudos, o que poderá provocar a desistência dos estudos. Observou-se que as estudantes quando estavam na condição de filhas pararam de estudar para assumir o papel da mãe no cuidado dos irmãos, do pai e da casa. Em contrapartida, tivemos casos, onde o esposo incentivou sua companheira a dar continuidade nos estudos, mas por desinteresse ela não seguiu adiante.

Desse modo, podemos concluir no quanto o casamento e a maternidade atravessam a vida escolar e profissional dessas mulheres, fazendo com que desistam dos estudos no ensino regular durante a Educação Básica, voltando a estudar algum tempo depois na EJA como forma de recuperar o que lhes foi tirado, seguindo assim, com sonhos e planos para um futuro próximo após a conclusão do Ensino Médio. A EJA é uma modalidade de ensino que se faz indispensável como modalidade educacional, assim como a implementação de políticas públicas que visam para determinados grupos, pois quando estas acontecem com consistência, os resultados são bem mais eficazes, e aqui esperamos que trabalhos com este teor

sejam cada vez mais disseminados na academia e fora dela, para que cada vez mais não haja a evasão escolar, sobretudo, com adolescentes ao se tornarem mães.

Assim, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento à todas as pessoas, de todas as idades, de toda e qualquer faixa etária, sem distinção, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura, para compreender, agir e garantir o reconhecimento e o atendimento à diversidade e pluralidade que este modelo implica. São necessários o entendimento da relação entre inclusão, exclusão e diversidade, que é a tríade deste modelo, devendo-se articular uma visão de acolhimento, respeito e empatia para com grupos que ficam às margens dos processos educacionais como as mães estudantes.

A pesquisa possui algumas limitações, por se restringir a um público específico, estudantes e mães da EJA Ensino Fundamental, uma vez que na cidade de Tocantinópolis há outra Escola que oferta a EJA Ensino Médio. Há uma possibilidade de se fazer novas pesquisas, envolvendo também os estudantes do sexo masculino e pais, porque assim como as estudantes mães possuem suas dificuldades, acredita-se que eles também tem suas especificidades para esse retorno tardio na EJA. Para tanto, é necessário estender a pesquisa para se obter novos resultados acerca desse público.

Há uma necessidade de uma agenda de pesquisa para investigação de como funciona a EJA no Estado do Tocantins quanto à estrutura física, humana, alimentação, perfil dos estudantes e dos profissionais da educação, assim como investigar as políticas educacionais do Estado do Tocantins para a permanência de mães estudantes na Educação Básica regular e na EJA. Bem como investigar se a maternidade vivenciada em diferentes configurações/composições familiares (monoparentais femininas, homoparentais, dentre outras) influenciam nas trajetórias de mães estudantes na Educação Básica.

Assim sendo, este trabalho tem importância pois discute possibilidades de permanência dos(as) alunos(as) na escola, pois, quando algumas adolescentes engravidam, elas têm de evadir da escola, então entende-se que quando há engajamento da parte das agendas políticas, dos governos, quando as políticas públicas são eficazes, a realidade poderia ser diferente. Trabalhos neste sentido, temáticas como estas devem fazer parte da sociedade, para que cada vez mais, a

evasão nas escolas não se dêem de forma crescente, pelo contrário, deseja-se que as escolas busquem políticas de permanência estudantil.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rayssa Neves; IWAMOTO, Helga Midori. Conciliação maternidade e trabalho: um estudo com alunas e servidoras da Universidade Federal do Tocantins. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 212-236, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v20i1.38499>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BARROS, Ofélia Maria de. **Não ser debandada no mundo: a construção social das donas de casa no cariri paraibano**. 1996. 153f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 1996. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2311>

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo; Boitempo, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU 23.12. 1996.

CLEMENTINO, Ivynna Thailane Alexandre; CABRAL, Kaio César Almeida; RODRIGUES, Fernanda Sleiman. Mulheres, trabalhadoras e mães: desafios para a conclusão do ensino médio na EJA em uma escola estadual de Fortaleza. **Revista Educação & Ensino-ISSN 2594-4444**, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/56>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDRICH, Márcia *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200011>. Acesso em: 12 jul. 2024.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, jul. 2000. Disponível em https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007&lng=pt&nrm=iso. acessos em 17 jul. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicações>. Acesso em: julho de 2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do Trabalho e Relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

LUCENA, Ingrid Rafaelle da Rocha. **A conciliação entre maternidade-estudo-trabalho**: reflexões sobre os desafios enfrentados pelas mães discentes no contexto universitário. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

MARCONI, Marina Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Sandra Maria Alves Barbosa; LOPES, Eliete Borges. Um breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Instituto IESA,[si]**, p. 134-147, 2005.

MORAIS, Jocasta Maria Oliveira et al. Contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos: uma revisão narrativa. **Educação em Revista**, v. 39, p. e40514, 2023.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 17 jul. 2024.

NIELS, Karla Menezes Lopes et al. Ensino remoto emergencial: as dificuldades na perspectiva de mães e mães-professoras. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, p. e14[2022], 4 abr. 2022. Disponível: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15627>. Acesso em: 20 maio 2023.

OLIVEIRA, Lissandra Cassiano de. **Mulheres mães na EJA**: das dificuldades às superações, quando não existe a opção desistir. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal da Paraíba, curso de Pedagogia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27531> Acesso em: 10 jul. 2024.

PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 13/07/2024.

RAMOS, Márcio. **Vida Maria**. Brasil, 2006. Disponível em: [Vida Maria - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=...). Acesso em: 15 de junho de 2024.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Edilaine Almeida Langa; NOVAIS, Lucimar. MATERNIDADE E EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE O APOIO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. **Revista Aembra**, [s. l.], v. 4, n. 9, p. 03–19, 2023. DOI: 10.47270/RA.2596-2671.2022.v4.n09.id1617.

Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/81>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SILVA, Felipe Wenderson Martins. **Mapeamento sistemático dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado do Tocantins: entre faces e relatos**. 2022. 51 f. Monografia (Graduação) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pedagogia, Campus de Tocantinópolis-TO. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4487> Acesso em: 10 jul. 2024.


TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências**. Palmas: Diário Oficial do Estado do Tocantins, 2015.

VIEIRA, Uelinton Moraes. **A IMPORTÂNCIA DA TENDÊNCIA LIBERTADORA DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) do Instituto Federal Goiano, curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Iporá -GO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3064>. Acesso em: 10 jul. 2024.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VIEIRA, Fabiana. **Maternidade na graduação e os desafios de ser mãe na atualidade: uma análise da situação das universitárias da UFT do Campus de Tocantinópolis**. 2019. 34 f. Monografia (Graduação) - Fundação Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pedagogia - Campus Universitário de Tocantinópolis TO. 2019.

APÊNDICE A – Questionário curto para levantamento do quantitativo de mães e pais na EJA Ensino Fundamental de Tocantinópolis.

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE (CEHS) DE TOCANTINÓPOLIS CURSO DE PEDAGOGIA Rua 06, s/n, Bairro Vila Santa Rita 77900-000 Tocantinópolis/TO (63) 3471-6004 www.ufnt.edu.br pedagogia@ufnt.edu.br</p>	
--	---

Convidamos você para participar da Pesquisa **“Trajetórias de mães estudantes na Educação de Jovens e Adultos - EJA”**, sob a responsabilidade da discente do curso de Pedagogia da UFNT Lionete da Silva Sousa, sob orientação da profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes, a qual pretende identificar as trajetórias de mães estudantes na Educação de Jovens e Adultos -EJA, segundo segmento (6º. ao 9º. ano), na cidade de Tocantinópolis.

Inicialmente, faremos o levantamento de quantas mães e pais estudam na EJA e, posteriormente, faremos rodas de conversa com as mães sobre suas trajetórias na educação a partir da maternidade.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. A pesquisa não oferecerá riscos ou danos à sua integridade física, psicológica ou patrimonial.

Li e concordo em participar.

Li e não concordo em participar.

Sexo biológico/reprodutivo: masculino feminino

Você é responsável por crianças, consanguíneas ou adotivas?

Não

Sim, uma

Sim, duas

Sim, três

Sim, quatro

Sim, cinco ou mais

Qual a idade das crianças?

0 - 5 anos

6 - 11 anos

12 - 17 anos

acima de 18 anos

Você precisa trazer as crianças para a escola? Sim Não

Você aceita participar de rodas de conversa sobre parentalidade e educação?

Não Sim. Nome e telefone.

Contato:

lioneteda@uft.edu.br; (63) 99937-8771.